

estado-providência

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 13 • 2013

a autora considera que a *Teoria Geral de Keynes*, publicada em 1936, agregada ao Pacto Fordista possibilitaram o *Welfare State*. Porém, o Maio de 1969 e a alta dos preços do petróleo em 1973-1974, vieram abalar a protecção social. Há, hoje, uma incompatibilidade entre acumulação e equidade a ser resolvida, tornando-se urgente ampliar o conceito de Segurança Social.

*Quem Paga o Estado Social em Portugal* é uma obra de economia política e uma crítica ao neoliberalismo pioneira no nosso país, que reúne contributos interdisciplinares muito completos, nos seus temas e alcance internacionais. A ordem dos artigos poderia ser alterada, ainda que isso não retire a responsabilidade a algumas empresas do nosso país pela crise actual, que não é da exclusiva responsabilidade dos EUA nem da Europa. De resto, trata-se de uma excelente história dos silenciados desta crise do capitalismo mundial e da Europa, tantas vezes torturados pela economia. Neles reside a esperança de um futuro melhor.

Como afirma Raquel Varela «Não é possível separar a economia da política. Por isso, quem mais pensou e mais longe foi no estudo do capitalismo, dos seus limites, da sua transformação, Karl Marx, fê-lo sobre o signo da economia política.» (p. 18)

Ana Rita Veleda Oliveira  
Doutoranda CES/FLUC

---

MÜHLEN, Patrik von zur – *Caminhos de Fuga Espanha-Portugal. A emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

Rezensear o livro “*Caminhos de Fuga Espanha-Portugal. A emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*”

da autoria de Patrick von zur Mühlen não é fácil, uma vez que nos coloca perante a tarefa de avaliar a pertinência da publicação não só em termos da qualidade da obra como também da sua actualidade. Trata-se, na verdade, da edição em língua portuguesa, de um estudo publicado pela primeira vez, em versão alemã, há mais de vinte anos. Nessa altura, eu próprio tinha começado a trabalhar sobre a temática dos refugiados alemães em Portugal, inspirado pela enorme quantidade de estudos publicados ao longo dos anos de oitenta do século XX sobre o êxodo dos intelectuais, cientistas e artistas alemães na sequência da tomada de poder de Adolf Hitler. Quando, na altura, soube da publicação do livro de Patrick von zur Mühlen sofri de uma espécie de choque julgando que a minha própria investigação se teria tornado obsoleta. No entanto, a leitura do livro mostrava-me que os resultados deste investigador não eclipsariam nem a minha investigação nem a de nenhum dos autores que trabalhou até agora sobre a temática dos refugiados em Portugal, como por exemplo Irene Pimentel, Avraham Milgram, etc. Igualmente, a publicação destas obras, apesar de ocorrida quase duas décadas mais tarde, não desactualiza ou refuta a investigação de von zur Mühlen. Pois, a temática deste autor não são «os refugiados em Portugal», mas, como indica o título da obra “os caminhos de fuga”. Em outras palavras, o objectivo desta obra é o retrato das dificuldades dos refugiados que fugiram pela «rota ibérica», o principal caminho de saída da Europa após o deflagrar da 2ª Guerra. Este é o motivo que leva o autor a organizar o seu livro em torno de três blocos: “A França, País de Saída”, “Espanha, país de trânsito” e finalmente “Portugal, final de uma etapa”.

Desde o início do terror nazi, a França foi, por razões históricas e geográficas,

o país de preferência para os refugiados alemães. De facto, de um total de cerca de meio milhão de pessoas que fugiram da Alemanha, da Áustria e da Checoslováquia logo após a respectiva anexação, cerca de 30% terão passado por este país. No entanto, o início da guerra provocou um agravamento repentino das condições de vida dos refugiados exilados em França. Ao mesmo tempo em que as tropas nazis avançavam sobre o território, o governo francês reunia estes opositores ao regime nazi em casernas ou estádios para deportá-los como "estrangeiros inimigos" para campos de internamento. Com a assinatura do armistício, a situação dos refugiados passou a ser de verdadeiro desespero. A França tinha-se transformado numa espécie de ratoeira, da qual, para além das remotas possibilidades de fuga para a Suíça ou para a parte francesa ocupada pelos italianos, só restavam duas vias de saída: a do Mediterrâneo, aberto durante uma pequena janela de tempo e que permitia a viagem para o Norte de África e a «rota ibérica» cuja história começa com o início da Segunda Guerra Mundial e termina com a libertação da França, no Verão de 1944.

A saída legal da França não só era dificultada pelas poucas opções de saída existentes como também por entraves burocráticos. O fugitivo tinha que estar na posse de uma série de elementos: em primeiro lugar, um documento de identificação válido e um visto de entrada num país de destino, normalmente um país fora da Europa. Apenas quem tivesse estes dois documentos, podia então solicitar um visto de trânsito português, por sua vez, pressuposto para a obtenção do visto de trânsito espanhol. Só quem tivesse reunidos todos estes documentos podia então requer o "visa de sortie" francês. Devido à morosidade do processo

e ao facto de que cada documento ter uma validade limitada, mal um dos documentos caducasse, recomeçava o carrossel burocrático. No entanto, não se deve esquecer que todos estes obstáculos tinham que ser superados no mesmo momento em que a *Wehrmacht* alemã se encontrava a poucos quilómetros dos Pirenéus. A grandeza da acção de Aristides de Sousa Mendes reside no facto de o cônsul de Bordéus ter optado por cumprir o seu dever cívico e humano em desrespeito pelo seu dever profissional consciente das graves consequências profissionais e materiais que o esperavam em Lisboa quando facilitou a entrada em Portugal de milhares de fugitivos, importante facto histórico, não devidamente reconhecido pela obra e apreço. Com a derrota da França são suspensas praticamente todas as autorizações de saída - qualquer tentativa de fuga passa a ser ilegal com graves consequências não só para os próprios fugitivos como também para as suas guias franceses e espanhóis.

A Espanha, a primeira etapa da fuga pela «rota ibérica», é analisada sob um duplo aspecto: primeiro, enquanto país de asilo e de exílio para os emigrantes alemães antes da Guerra Civil e, segundo, enquanto país de trânsito a partir da 2ª Guerra Mundial. Uma série de factores são responsáveis pelo facto de que a Espanha nunca se ter transformado num destino privilegiado dos fugitivos alemães, como por exemplo a França, os Países Baixos ou a Checoslováquia. Apesar de não existirem quaisquer relatos que denunciassem a entrega de refugiados às autoridades nazi pelo mero facto de serem judeus, a Espanha gozava sempre de uma fama negativa junto dos refugiados devido a proximidade ideológica com o regime hitleriano. Esta fama terá sido a razão principal para várias decisões erradas,

irrefletidas ou precipitadas tomadas por alguns dos emigrantes logo após terem pisado território espanhol. Tal foi o caso de Walter Benjamin cuja morte trágica é detalhadamente referida na obra. Para von zur Mühlen, Benjamin foi um dos casos em que se partiu da "suposição de um perigo que não existia, seguramente, desta forma" (p.136).

Naturalmente, as páginas que mais interessarão o leitor português deste livro, serão aquelas dedicadas à situação dos refugiados em Portugal. O primeiro país, como explica Patrick von zur Mühlen, em que muitos emigrantes se sentiam seguros. As memórias dos escritores e publicistas que passaram por Portugal, evocam uma imagem de Lisboa luminosa, serena e pacífica, sentimento que nem os rumores sobre "o longo braço da Gestapo" conseguiam destruir. Na verdade, já antes do início da Guerra, a alegada paz portuguesa tinha sido alvo de alguns refugiados de proveniência alemã. O seu número, no entanto, era claramente insignificante - em ofício datado de Maio de 1935, a própria legação alemã cifrava-o em cerca de 600. Se o impacto destes refugiados na sociedade portuguesa foi muito reduzido, devido ao seu número baixo, a anexação da Áustria e dos Sudetas provoca uma verdadeira onda de pessoas que desejava entrar em Portugal. Na sequência das sucessivas alertas dos seus cônsules, o governo de Salazar vai erguendo uma muralha burocrática. Neste sentido, até a famosa Circular 14, emitida a 11 de Novembro de 1939, referida por von zur Mühlen, que retirava às representações diplomáticas e consulares portuguesas o pleno poder de emitirem vistos de trânsito, nada mais foi do que um simples reconhecimento de *faits accomplis*, criados ao longo dos meses anteriores pelos agentes da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado.

Como é que o autor interpreta a decisão do governo de Salazar em limitar o número de refugiados em Portugal ao mínimo possível? Von zur Mühlen está convencido de que a política portuguesa não era determinada por motivos anti-semitas apesar da existência de alguns elementos claramente germanófilos na Polícia de Defesa e Vigilância do Estado. Na sua opinião, a relação entre Portugal e os emigrantes foi um resultado de "factores de natureza política, tanto interna como externa, em que a manutenção da neutralidade do país, a sua importância estratégica e o quadro geral do conflito tiveram um peso decisivo" (p. 191). Von zur Mühlen divide o seu capítulo sobre Portugal em seis subcapítulos. O capítulo introdutório "História da génese do regime de Salazar" é provavelmente a parte menos bem conseguida do livro por se basear exclusivamente em literatura não de autores portugueses e desrespeitar a complexidade do Estado Novo. Nos dois subcapítulos seguintes "Portugal com país de asilo entre 1933 e 1939" e "Portugal e a Segunda Guerra Mundial" o autor mostra, com base em depoimentos de antigos refugiados recolhidos, as grandes diferenças nas experiências e nas condições de vida entre os refugiados que chegaram a Portugal antes de 1938 e os que chegaram posteriormente. No primeiro período de exílio em Portugal, não existia qualquer diferença entre os refugiados e a comunidade de alemães já radicados no país. Como até ao ano de 1938, o Estado português permitia a estrangeiros a constituição e administração de empresas próprias inclusive a actividade médica, estes "emigrantes antigos", como o autor os designa, nunca foram "confrontado com recusas de autorização de residência, nem com constrangimentos à sua liberdade de movimentos e outras restrições burocráti-

cas" (p. 244). Consequentemente, alguns acabavam por ficar em Portugal devido às relações pessoais e profissionais estabelecidas, enquanto para os que chegaram a partir da 2ª guerra mundial, Portugal "representava apenas uma etapa e uma passagem para outros destinos (-246-)". Patrick von zur Mühlen pensa de, na maioria dos casos, o clima em que decorria a estadia dos refugiados não foi muito hospitaleiro. O Estado português, "não se considerava um país de asilo nem de exílio e encarava a permanência dos emigrantes estrangeiros em geral como um trânsito involuntariamente interrompido" (p. 229). O autor julga que foi este ambiente hostil o motivo pelo qual nunca se terem criadas infra-estruturas típicas para países de exílio tal como comités, associações, clubes, teatros e jornais. Na verdade, as únicas associações que se criavam foram as organizações de apoio aos refugiados, sendo os mais importantes para os refugiados de origem judaica a COMASSIS, HIAD/HICEM e os Quacres e Unitários para os não-judeus, que se responsabilizavam pelo seu sustento material.

No último subcapítulo da parte do livro dedicado ao exílio em Portugal o autor vai em busca «dos vestígios» destes anos. Os vestígios que restam na actualidade são naturalmente poucos. Pois, dos cerca de 1000 refugiados que se encontravam em Portugal perto do final da guerra, a maior parte emigrava para novos destinos ficando a própria comunidade judaica de Lisboa rapidamente reduzida a apenas 150 membros.

Um dos principais problemas para quem escrever sobre o fenómeno dos refugiados em Portugal durante a 2ª Guerra Mundial é o da sua quantificação numérica. "É extraordinariamente difícil fazer uma ideia geral razoavelmente precisa sobre o volume da emigração em

Portugal" (p.222) explica o autor. Para tal contribuem uma série de factores: a impossibilidade de quantificar os refugiados ilegais, o pouco rigor ou a pouca credibilidade das fontes existentes, a possibilidade de contagens duplas, etc. Junta-se a esta dificuldade, a inexistência de informações fidedignas sobre o tempo de permanência de cada refugiado, de modo que os dados existentes não nos podem dar mais senão uma ideia vaga do volume da emigração em Portugal em diferentes alturas. A grande vaga emigratória para a Península Ibérica ocorreu, sem dúvida, depois da derrota da França. Um dos principais jornais dos exilados alemães, o diário judeu *Aufbau*, publicado em Nova Iorque em língua alemã, noticiava que, em Junho de 1940, cerca de 50 000 refugiados teriam entrado em Portugal, na sua grande maioria de origem judaica, um número que, como explica o autor "também passou a ser referido na bibliografia histórica" (p. 223).

Retomando a nossa questão inicial pela pertinência da publicação de um livro escrito há mais de vinte anos sobre uma matéria entretanto estudada por uma série de autores podemos dizer o seguinte. A obra de Patrick von zur Mühlen tem duas particularidades principais: em primeiro lugar, o público alvo visado é um leitor do espaço de língua alemã que pretende informações sobre como se desenrolou o exílio dos intelectuais e artistas alemães ou austríacos que deixaram o seu país natal forçadamente e cuja odisséia os levou pelo caminho de fuga França-Espanha-Portugal. Esta constelação base é a razão por que o livro não pretende dar uma análise profunda das condições políticas internas em França, Espanha ou Portugal mas sim um retrato dos condicionalismos com que se confrontavam os refugiados durante a sua estadia nestes países. Por este

motivo, a obra dá-nos outras informações que os trabalhos publicados posteriores não dão. Estes últimos visam em primeiro lugar as experiências dos refugiados judeus em Portugal ou especificamente a reacção do Estado português perante a chegada dos refugiados. A segunda particularidade são as fontes privilegiadas pelo autor, em primeiro lugar a «literatura memorialística» junto com depoimentos pessoais de alguns refugiados sobreviventes e, apenas em segundo lugar, documentação escrita de arquivos de organizações judaicas e do arquivo político do Ministério de Negócios Estrangeiros Alemão. Na verdade, constam da bibliografia da obra algumas pastas do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português. Contudo, depreende-se dos documentos referidos que não houve nenhum levantamento sistemático da documentação portuguesa. Tal explica uma das maiores fraquezas do livro: uma imprecisão em relação a alguns factos como, por exemplo, em relação à datação e ao teor das medidas administrativas tomadas pelo Governo português para estancar a onda de refugiados que se avisava a partir dos acontecimentos trágicos de 1938.

No entanto, cabe a Patrick von zur Mühlen o mérito de ter publicado o primeiro estudo sobre esta temática e ter, sem dúvida, servido como obra de referência para muitos dos trabalhos posteriormente publicados, não só em termos de informação como também em termos da concepção da narrativa.

O autor termina a sua obra com a conclusão que a rota ibérica para além de ter sido um caminho que permitiu a fuga a milhares de pessoas foi também um «trilho de oportunidades perdidas», pois, "uma posição concertada dos países envolvidos ou afectados poderia ter salvo muitas vidas" (p. 308). Ainda assim, o autor encerra com uma mensagem positiva de gratidão às organizações de

auxílio e às pessoas particulares cujo altruísmo tornou possível o salvamento de dezenas de milhares de seres humanos.

Ansgar Schaefer

Investigador Integrado do IHC/

Colaborador do CEIS20

---

**CHABAL, P.; BIRMINGHAM, D.; FORREST, J.; NEWITT, M.; SEIBERT, G; ANDRADE, E. S. – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2002. 339 p. ISBN 0-253-34187-6 (cloth), ISBN 0-253-21565-X (paper).**

Patrick Chabal é, de facto, um dos académicos mais importantes quando procuramos perceber todo o processo que decorreu entre o fim do império português em África, o *Terceiro Império*<sup>1</sup>, e a construção dos novos Estados pós-coloniais lusófonos, tendo-se debruçado, em particular, sobre o caso da Guiné-Bissau através do estudo biográfico de Amílcar Cabral, mas procurando alargar essa área de estudo a todos os outros estados de língua portuguesa. Assim, P. Chabal tem, na verdade, obras importantes sobre este período, sendo de destacar, para além da obra analisada, *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War e Power in Africa*, trabalhos de referência para o estudo dos Estados africanos lusófonos.

Em primeiro lugar, é importante referir que, apesar de a obra em análise conter a contribuição de outros autores não menos importantes, como David Birmingham, Joshua Forrest, Malyn Newitt, Gerhard

---

<sup>1</sup> Entre outros autores que defendem esta tese, destacamos a obra de Clarence-Smith, Gervase, *O III Império Português (1825-1975)*, Tradução de Maria João Pinto, Editorial Teorema, Lisboa, 1985.